



BANCOS ADQUIRIDOS

Banco do Douro

O Banco do Douro, Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, com sede em Lamego, foi fundado por escritura pública de 02 de Abril de 1874, tendo os respetivos estatutos sido publicados em 10 de abril do mesmo ano. De acordo com as disposições estatutárias, o Banco tinha como missão central o auxílio ao comércio, à indústria e à agricultura (*Diário do Governo*, n.º 295, de 29 de Novembro de 1900: 3762).

Nestes termos, e logo após o começo da sua atividade, o banco concentrou a consecução deste objetivo fulcral na sua área geográfica, mormente na Região do Alto Douro¹, assim se tendo configurado, desde sempre, como uma instituição financeira de carácter regional.

O cumprimento do objetivo e o “modus operandi” do banco estavam bem vincados no seu primeiro relatório de atividade, de 1874, do qual consta: “ *Todos os esforços foram coroados de feliz êxito, conciliando-se, quanto possível, os interesses deste Banco com as necessidades económicas do comércio, industria e agricultura na área que o mesmo Banco opera*”.

Lamentavelmente, o carácter promissor do início de funções não foi duradouro. Os primeiros anos do banco foram penosos, devido à aguda crise económica no Brasil, local de massiva imigração portuguesa. Dada as estreitas relações entre as praças comerciais e financeiras dos dois países, esta crise provocou uma profunda e persistente deterioração das transações económicas entre ambos.

A situação agravou-se mais ainda a partir de 1880, devido aos efeitos devastadores da filoxera² na produção vinícola, a principal atividade económica do Alto Douro. Dos 150 000 hectares cultiváveis da região, a filoxera viria a inutilizar mais de 20 000, o que originou a miséria de centenas de famílias e fez aumentar ainda mais a já cerrada emigração para o Brasil.

Em 1886, a sede do Banco do Douro foi transferida da Rua de Seara - onde então se encontrava, depois de ter ocupado previamente outras três instalações - para a Praça do Comércio, no centro da cidade de Lamego.

¹O Alto Douro Vinhateiro é uma região do Nordeste de Portugal. Serpenteada pelo rio Douro, a região produz vinhos há mais de 2.000 anos, destacando-se entre eles o Vinho do Porto.

²Doença causada pelo inseto “ hemíptero polimorfo” que ataca as videiras.



Em 1891 e 1892, uma considerável redução dos depósitos, a prazo e à ordem, originou o agravamento da capacidade financeira do Banco que apesar deste revés, o continuou a auxiliar os proprietários vinhateiros, embora fosse frequente a perda de propriedades, nomeadamente agrícolas, devido a execuções judiciais baseadas no não cumprimento dos acordos de crédito.

Neste período, a área de atividade do Banco do Douro estendeu-se a outros locais do país, como Vila Real e Setúbal, onde foram instaladas agências, apesar de a maioria se situar na região do Douro e na Beira Alta, locais mais próximos da sede. Paradoxalmente, as agências foram acumulando prejuízos ao longo do primeiro quartel de século da sua existência, com especial destaque para as agências da Régua, Vila Real, Porto e Pinhel.

Contrariando esta tendência, os primeiros anos do século XX trouxeram mudanças auspiciosas. A atividade geral do Banco, alicerçada numa sensata reforma executada em 1900, aumentou de forma sustentada. Entre 1905 e 1910, a instituição prosseguiu a sua atividade sem grandes contratemplos, ainda que parcialmente afetada pela crise vinícola no Douro e pelo Regicídio³.

Durante todo este período, o Banco continuou e reforçou a fulcral demanda de desenvolvimento da sua região. Neste contexto, é de realçar o seu papel incontornável no financiamento e organização da nova **Companhia Hidroelétrica da Varosa**⁴, empresa que se propôs aplicar a energia elétrica à iluminação pública e particular de Lamego e da Régua.

A implantação da República, em 1910, não causou prejuízo direto ao Banco do Douro. No entanto, o alvoroço dos primeiros anos do novo regime e os efeitos da Primeira Guerra Mundial refletiram-se nos negócios da instituição, como é constatável pela análise dos relatórios desses anos.

Em 1914, o banco recebeu o convite para aceitar na sede, em Lamego, a representação do Banco Comercial do Porto e do Banco Economia Portuguesa.

³O Regicídio de 1 de fevereiro de 1908, ocorrido na Praça do Comércio em Lisboa, marcou profundamente a História de Portugal, uma vez que dele resultou a morte do rei D. Carlos e do seu filho e herdeiro, o Príncipe Real D. Luís Filipe de Bragança, marcando o fim da última tentativa séria de reforma da Monarquia Constitucional. Após o regicídio, subiu ao trono D. Manuel II, filho mais novo de D. Carlos, com apenas 18 anos de idade. Com falta de preparação para governar, teve muitas dificuldades em repor a ordem no país e em conter a fúria republicana contra a monarquia. Estavam reunidas as condições para uma revolução e a consequente substituição da Monarquia pela República.

⁴No início do séc. XX, no que toca à produção de energia hidroelétrica em Portugal continental, entraram ao serviço, respetivamente, a central de Riba Côa, em 1906, a central de Caniços, no Rio Vizela, em 1908, e as centrais da **Companhia Hidroelétrica do Varosa, no Rio Varosa** e da Senhora do Desterro, da Empresa Hidroelétrica da Serra da Estrela, no Rio Alva, ambas em 1909.



Nesta época o Banco do Douro detinha a representação das seguintes instituições de crédito: **Banco Aliança, Banco Comercial do Porto, Banco Nacional Ultramarino, Banco Lisboa & Acores de Lisboa, Banco do Minho de Braga, Banco Mercantil de Viana; Banco Comercial de Guimarães, Real Companhia Vinícola do Norte de Portugal, Liga dos Lavradores do Douro e também das seguintes casas bancárias: Borges & Irmão, José Nunes Coelho, Guilherme G. Correia Leite e Chaves & Freitas, do Porto, Adolpho Luz & C.^a, de Lisboa e Santos Amaral & C.^a de Matosinhos.**

O ano de 1915 trouxe alguma melhoria económica e alívio à região duriense, com o incremento do comércio vinícola e o conseqüentemente aumento do preço do vinho.

O relatório e contas de 1918, o último apresentado no decurso da Primeira Guerra Mundial, regozijava-se com alguma abundância de capital, embora assinalasse que esse benefício se anulava pelo facto de não haver *“possibilidade de lhe encontrar aplicação pronta e segura, pela instabilidade dos negócios, pela incerteza do sossego publico, pelo receio aos acontecimentos imprevistos, que anormalisem e destruam as melhores previsões”*.

A partir de 1919, o BNU implementou de uma forma mais veemente uma política que tinha sido previamente ambicionada pelos seus fundadores e que consistia em estender as agências do Banco a todo o país, com o intuito de melhorar as condições de vida dos cidadãos através do recurso a crédito viável. Nesta conformidade, o Banco abriu diversas novas agências em várias localidades nacionais. Mas mais fez. Noutros pontos do território nacional, transformou e incorporou secções bancárias de firmas de província e organizações bancárias provinciais e locais.

Assim, o BNU enunciava no seu Relatório, Balanço e Contas do exercício de 1919: *“Com o BANCO NACIONAL ULTRAMARINO, ou mais propriamente com as dependências que instituímos e os vieram substituir, se acham, pois amalgamados, o Banco Eborense, o Banco Agrícola Industrial e Comercial de Vila Real, o Banco do Douro e o Banco de Bragança”*.

Nesta época, o BNU, nos termos dos seus Estatutos, era fiscalizado por um representante do Governo de Portugal, o denominado **Comissário do Governo**, o qual tinha como missão crucial ser o interlocutor privilegiado entre o Governo de Portugal e o BNU - e conseqüentemente validar em última instância a política do Banco.

Neste particular, cumpre-nos realçar o seu parecer ao relatório do BNU de 1919:

“ No cumprimento dos meus deveres acompanhei sempre a marcha dos negócios do Banco que deviam ser do meu conhecimento, assisti às sessões do Conselho do Banco que foi



convocado para apreciação e resolução de assuntos que exigiam a sua interferência, estudei o excelente relatório do Governo do Banco, exuberante de valiosas informações, considerei o parecer do Conselho Fiscal, e posso afirmar que tanto a Lei como os Estatutos foram fielmente cumpridos. É-me grato ainda reconhecer a superior e exata orientação na sequência dos negócios sociais".

Em 1920, como consequência direta da política do BNU expressamente validada pelo Governo, o Banco do Douro - com 46 anos de existência - chegava ao fim, dando lugar à abertura da agência do Banco Nacional Ultramarino na cidade de Lamego, em virtude da absorção daquele por este.

O Arquivo Histórico do BNU tem disponível para consulta pública alguma documentação histórica do extinto Banco do Douro.

A documentação existente percorre os anos de 1875, primeiro ano de existência do Banco, até ao ano de 1920, data da sua assimilação pelo Banco Nacional Ultramarino.

Engloba-se neste fundo documental informação diversa que exprime a trajetória do Banco do Douro ao longo da sua história, nomeadamente: **atas, correspondência, contabilidade, relatórios e documentação bancária e oficial.**

Miguel Costa

Gabinete de Património Histórico da Caixa Geral de Depósitos

Abril de 2017



GALERIA DE FOTOS



Agência do BNU de Lamego. Anos 30 do Séc. XX.



Agência do BNU de Lamego. 1970.



Interior da agência do BNU de Lamego. Anos 70 do Séc. XX.